Potências Disruptivas e de Subjetivação no Movimento de Insurgência de Estudantes em São Paulo[1]

Francine ALTHEMAN[2]
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

O trabalho analisa as ocupações de escolas em São Paulo, promovidas por estudantes secundaristas, que ocorreram em 2015, como um movimento de insurgência, com potencial disruptivo e de subjetivação política. O objetivo é apreender como esse movimento se constitui dentro de um contexto de dissenso, ruptura e formação do sujeito político por meio de um processo comunicativo que permeia as ocupações, reconfigurando a organização da sociedade e do poder constituído. Para isso, tomou-se como referencial, principalmente, os autores Jacques Rancière e Michel Foucault, que refletiram sobre as configurações políticas, especialmente no que se refere aos temas que são analisados aqui. A observação desse movimento aponta para potenciais formações de devires, a partir do processo de subjetivação política.

Palavras-chave: Processos de Comunicação; Insurgência; Novíssimos Movimentos Sociais; Subjetivação Política; Secundaristas.

1. Introdução

Na última década, movimentos de protesto e resistência, conhecidos como novíssimos movimentos social, têm eclodido no mundo todo, com reivindicações próprias em cada região, marcados, principalmente, pelas formas de organização coletiva de ocupação do espaço público. No Brasil, as Jornadas de Junho de 2013, que tiveram como estopim a luta pelo transporte público, contra o aumento da tarifa proposto pelos governos, abrem um espaço para esse tipo de movimento de insurgência e surgem como uma referência para as mobilizações de massa (ALTHEMAN, 2015).

Esses movimentos de organização coletiva, que têm acontecido no século 21 em grandes cidades do mundo por meio de protestos em massa e ocupações de espaços urbanos, não se configuraram da noite para o dia: têm uma historicidade que desenha linhas de resistência as quais evidenciam importantes pontos em comum, como a tomada das ruas, novas formas de organização e mobilização, a repressão policial como resposta

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Supervisora de Estágio e professora do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Membro do Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça – Margem – da UFMG, email: franaltheman@gmail.com.

dos governos para criminalizar a mobilização, horizontalidade etc. Além disso, não indicam representantes e evitam ligações com partidos, sindicatos ou organizações tradicionais, e engendram processos comunicativos autônomos e independentes, alicerçados no uso das redes sociais digitais, que se distanciam e contestam os modos de fazer e construir enquadramentos postos em prática pelos veículos de comunicação que dominam o cenário midiático (DAY, 2004).

No final de 2015, um levante estudantil acontece no Estado de São Paulo por causa da proposta de reorganização escolar anunciada pelo governo do Estado. Percebendo a importância da ação direta, e não apenas do ativismo digital, e partindo de um gesto político que elege o agonismo e a articulação como forma de expressão política, estudantes secundaristas[3] promovem um movimento de insurgência[4] que ganha relevância nacional e passa a configurar modos de resistência e experimentação de outras possibilidades de organização política coletiva.

É interessante observar que as ocupações rompem com uma instituição formal, estabelecida, de governo para implementar um autogoverno, com escalas de trabalho e divisão de tarefas para a sobrevivência dos acampados, com reuniões de discussão política e de estudos, que envolvem a leitura de livros para posterior discussão e debates sobre o andamento do movimento e os próximos passos, com a organização da limpeza, alimentação e higiene realizada pelos próprios estudantes de modo horizontal, sem líderes formalizados.

A instituição do movimento, após a ruptura com o governo existente, já propõe processos de comunicação próprios para a manutenção e organização das formas de governo. A apropriação de espaços conversacionais da internet e o ativismo em rede, a criação e viralização de petições e protestos, os registros audiovisuais dos atos e da truculência policial são alguns outros processos comunicativos dos novos modos de insurgência que aparecem no movimento dos secundaristas.

Nesse sentido, há questões importantes que podem ser apreendidas a partir da experiência das ocupações, especialmente no que se refere ao protagonismo político que o movimento proporciona aos secundaristas, alicerçado em processos comunicativos, que

[3] De acordo com o dicionário Michaelis (http://michaelis.uol.com.br/), o termo secundarista diz-se de ou estudante do ensino médio (antigamente denominado segundo grau). Entende-se como secundaristas, neste artigo, os estudantes de ensino médio de escolas públicas que participam ou participaram dos movimentos objetos de análise deste artigo.

[4] Diferentemente dos movimentos sociais, os movimentos insurgentes são aqueles que nascem a partir de um acontecimento, rompendo com o estado atual e propondo insurreições, que põem "devires revolucionários em ação" (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 52). O ponto forte dos movimentos insurgentes é enfraquecer o tecido do exercício do governo e insuflar o próprio movimento a uma nova legitimidade.

os impele para vivências nas quais combinam habilidades críticas de expressão, justificação recíproca e colaboração, definindo-se enquanto sujeitos políticos, éticos e sociais.

O processo gerado pelo movimento dos secundaristas aponta mudanças nas formas de mobilização e ocupação do espaço público, marcadas por novas táticas e dinâmicas e ainda em transformação, construindo um caminho alternativo de protesto e resistência. A análise proposta neste artigo pretende compreender a potência política desse movimento de insurgência, tomando como referência as ocupações de escolas que ocorreram em São Paulo, bem como sua potência comunicativa, ancorada na horizontalidade e autonomia da mobilização.

2. Dissenso e resistência: os sinais da insurgência

O movimento de ocupação das escolas organizado pelos secundaristas em São Paulo cria, em um primeiro momento, um conflito entre o Estado, que representa o *status quo*, e os estudantes que, apesar de serem os protagonistas no cotidiano escolar, são sujeitos marginalizados e ignorados nas tomadas de decisões políticas. Cria-se, nesse cenário, um conflito, seguido de ações de resistência, que são as formas encontradas pelos sujeitos para se fazerem visíveis. Nesse contexto, as reflexões de Jacques Rancière (1996, 2009) sobre política e dissenso se apresentam como uma base teórica importante para esta análise.

Para Rancière, o dissenso está no cerne da política (1996; 2012), pois mostra as fissuras, coloca em xeque as certezas, os consensos e as crenças que estão dadas e não são questionadas. “A política é a atividade que reconfigura os âmbitos sensíveis nos quais se definem objetos comuns” (RANCIÈRE, 2012, p. 59). Assim, as cenas de dissenso, que promovem resistência e dela resultam, podem redefinir o que é considerado o comum de uma comunidade, instaurando o regime político de partilha do sensível.

Esta ruptura com o comum pré-configurado, com aquilo que seria considerado natural, fixo e imutável, tem um potencial comunicativo que não pode ser ignorado. A partir das enunciações que questionam quem pode fazer parte da política, as cenas de dissenso oferecem espaço para que os sujeitos que são considerados “sem parte no comum” (RANCIÈRE, 1996, 2009) tomem a palavra, enunciem seus discursos e reconfigurem a ordem estabelecida, como explica o autor:

> A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela. Essa instituição é o todo da política enquanto forma específica de vínculo. Ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem da dominação ou desordem da revolta (RANCIÈRE, 1996, p. 26-27).

O consenso, a ordem policial, a partilha não litigiosa do sensível, mantém o dissenso sob um véu, uma penumbra ou uma sensação de que tudo está em seu devido lugar e sob controle, que a sociedade caminha na mesma direção, partilhando certezas e unida por princípios igualitários. No entanto, deixa à margem as diferenças, as divergências, e exclui aqueles que não se encaixam nesse contexto supostamente harmonioso e que ele chama de pós-política.

Importante ressaltar que os "sem parte", no pensamento de Rancière, não necessariamente são os excluídos ou desprivilegiados em uma sociedade desigual, nem os grupos de minorias sociais, como negros, pobres, mulheres e homossexuais. Os sem parte demonstram que há um excesso: de nomes, de palavras e de sujeitos que desejam construir o comum de uma forma diferente (MARQUES, 2011). Quando esse movimento vem à tona e perturba a ordem vigente, realiza-se uma grande potência política, tornando visível e audível o que antes não era. É no entrelaçamento entre a criação de cenas de dissenso; do tratamento do dano que separa quem pode e quem não pode participar de debates políticos; e da desidentificação que descola os sujeitos de rótulos e nomes que os definem consensualmente que se configura um processo de subjetivação política.

> Há na base do pensamento político de Rancière a crença de que o dissenso promove uma forma de resistência expressa em um processo de subjetivação política que começa com o questionamento do que significa "falar" e ser interlocutor em um mundo comum, tendo o poder de redefinir aquilo que é considerado o comum de uma comunidade (MARQUES, 2011, p. 26).

Para Rancière (1996), a subjetivação política também está ligada ao rompimento, às insurgências, às contestações, ou seja, à sua dimensão propriamente política. Desse modo, a subjetivação política estaria relacionada diretamente à enunciação, à tomada da palavra e à linguagem (MARQUES, 2011, 2014; OLIVEIRA, 2016).

Ao construir uma relação de tensão entre polícia e política, Rancière admite uma interface de seu pensamento com as proposições de Foucault. Apesar disso, a ideia de

subjetivação política aparece com contornos distintos para ambos os autores, como veremos a seguir.

3. Disruptivos e instuintes: a formação do sujeito político

Etienne Tassin (2012) traz um esclarecimento importante acerca do conceito de subjetivação política. Partindo de Michel Foucault, passando por outros autores, mas focando nas singularidades que permeiam o pensamento de Rancière e Foucault (apoiado também nos estudos de Maurizzio Lazzarato), Tassin destaca, de modo geral, a dimensão de auto-realização da subjetivação foucaultiana (as técnicas de si) e a dimensão desidentificatória da subjetivação em Rancière (que dilui as identidades e as singularidades em um processo de renomeação do comum).

Para Tassin, a subjetivação é essencialmente política em Rancière, enquanto que, em Foucault, ela é indissociavelmente ética e política. Ou seja, Rancière está mais preocupado com o acontecimento político em si que o processo de subjetivação fomenta, e as cenas de dissenso, suas rupturas, focando nas divisões (partilhas) que decorrem da dualidade entre política e polícia[5]. Já Foucault, com toda a sua trajetória de pensamento voltada para as estruturas de poder, se preocupa tanto com as resistências, que contestam as operações policiais, como com as formações organizacionais que nascem dessas resistências, o que ele entende por coletivos políticos.

> Queria ver como esses problemas de constituição podiam ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte. É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica (FOUCAULT, 2015, p. 43).

Fica claro, portanto, que a subjetivação em Foucault (2010) está ligada a um processo que destaca um conjunto que forças que podem ser analisadas empiricamente e que transfiguram o sujeito de modo a evidenciar como sua auto constituição depende de condições discursivas e socioculturais, localizadas historicamente, mas também da agência dos sujeitos em desenvolver formas de lidar com a dominação e a docilização, transformando continuamente suas condições de vida em meio às contingências de poder.

[5] É importante ressaltar que Rancière e Foucault tem conceitos diferentes quando se referem à polícia. Para Foucault, a polícia está relacionada a uma das forças institucionais disciplinadoras da sociedade, ligada ao controle e poder. Já Rancière entende que a polícia é uma forma de ordenação da sociedade.

É importante compreender, nesse contexto, que Foucault chega à subjetivação depois de analisar o saber e descobrir o poder, ou seja, ele retorna à noção de sujeito tentar transpor a linha de força e ultrapassar o poder ao perceber que não se tratava mais de formas determinadas analisadas no saber, nem de regras coercitivas vistas no poder, mas sim aos desejos de potência, de invenção de novas possibilidades de vida (DELEUZE, 2013; TASSIN, 2012; LAZZARATO, 2006).

Tassin (2012) traz ainda à tona uma importante peculiaridade no processo de subjetivação foucaultiana: ela é uma reflexão em torno do sujeito, prioritariamente, e secundariamente em torno do poder.

Os conceitos apresentados nessa contextualização teórica – dissenso e subjetivação política – estão entrelaçados, embora tenham suas particularidades, principalmente no que se refere aos movimentos de insurgência e à problematização do poder instituído. Tais conceitos serão fundamentais para apreender o objeto proposto nesse trabalho.

4. Ocupações nas escolas: disrupção e instituição nas insurgências

Os eventos apresentados na primeira parte desse trabalho configuram o fenômeno empírico que será analisado neste artigo. O movimento de ocupação das escolas no Estado de São Paulo possui aspectos que o associam a movimentos de insurgência, com aspectos peculiares que se destacam na observação desse processo. Em três meses, o movimento de secundaristas protestou nas ruas contra a reorganização escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo, fechando as principais avenidas da cidade de São Paulo, por exemplo; depois ocupou as escolas, promovendo uma nova forma de organização do espaço escolar; ganhou o apoio de grande parte da classe artística e intelectual, que visitou as escolas ocupadas e promoveu shows e debates nesses espaços; forçou o recuo do governo, que desistiu da proposta de reorganização temporariamente.

As tensões entre estudantes e governo e as ações de resistências que integram o movimento estão configuradas por processos comunicativos que tomam uma dimensão política na medida em que ajudam a consolidar o rompimento e a instituição das experimentações propostas pelos estudantes.

Desse modo, o principal objetivo deste texto é observar o processo de disrupção e instituição construídos a partir do dissenso e da subjetivação política conferida à ocupação e aos estudantes. Para isso, são analisados alguns dos dispositivos de

comunicação utilizados pelos secundaristas, aqueles utilizados para criar adesão ao movimento e suas ações, bem como suas falas e *performances*.

4.1. Movimento disruptivo: o dissenso que constitui a cena enunciativa

O governo do Estado de São Paulo anunciou publicamente a chamada reorganização escolar no dia 23 de setembro de 2015. A grande maioria dos pais, estudantes e mesmo professores foram pegos de surpresa ao saber da medida pelos veículos de comunicação: além da imposição de uma mudança no sistema de ensino, que afetaria a vida de muitos alunos, não houve sequer um comunicado aos diretamente afetados pela reorganização.

Nos dias seguintes ao anúncio do governo propagado pela mídia, grupos de estudantes começaram a discutir o assunto nas redes sociais, especialmente no Facebook, demonstrando surpresa e choque, em um primeiro momento, seguidos de indignação, com os primeiros sinais de mobilização coletiva (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

Nas falas proferidas durante a mobilização, duas concepções ficam claras: o estudante tem uma ligação afetiva muito forte com a escola, que constantemente é relacionada à família, ao lar, à casa nos textos publicados nas redes sociais digitais; apesar das condições precárias da escola pública e, em algumas falas, ela aparecer com um contexto opressor, os estudantes demonstram que projetam uma relação positiva com a escola, um desejo de transformá-la, de salvá-la.

Entre setembro e dezembro, ocorreram centenas de manifestações de rua em diversas cidades para protestar contra a reorganização escolar. Houve atos em frente às escolas, paralisação de aulas, passeatas percorrendo vários quilômetros, trancamento de ruas, avenidas e rodovias e atos-debate, propondo discussões sobre os rumos do movimento[6].

Os atos se intensificavam e o descontentamento era geral. Na cidade de São Paulo, estudantes divulgam um manual sobre como travar uma avenida, inspirado em experiências estudantis no Chile, explicando o processo para os colegas que passavam a aderir o movimento (FIGURA 1).

[6] ROSSI, Marina. *Reforma escolar às pressas leva estudantes às ruas contra Alckmin.* El País Brasil (on-line), São Paulo, 15 de outubro de 2015. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/14/politica/1444856641_364053.html>. Último acesso em 19/06/2017.

FIGURA 1 – Parte do Manual de Como Travar uma Avenida, organizado pelos secundaristas.
FONTE: El País Brasil[7]

Nesse momento, a performance dos estudantes ganha contornos significativos e cruciais não somente para a divulgação do movimento, mas também para mostrar a resistência que se formava ali. As performances incluem a simulação de uma sala de aula, com as carteiras bloqueando a passagem dos carros e pedestres, as rodas de conversa, mostrando a dinâmica democrática do movimento, e até mesmo a simulação do velório da escola, fazendo uma analogia com o seu fechamento.

As manifestações nas ruas mostram a mobilização dos estudantes contra a reorganização, mas, por outro lado, começam a frustrar o movimento, já que o governo estadual não sinaliza qualquer disposição para dialogar com os alunos, muito menos abertura para rever o plano de reorganização. Em novembro, faltando pouco mais de um mês para o encerramento do ano letivo e iniciação aos procedimentos de matrícula dentro do novo formato escolar, a reorganização era apresentada pelo governo como irreversível. Tampouco os grandes veículos de mídia repercutiam o movimento dos estudantes e, quando repercutiam, davam mais espaço para o governo se pronunciar.

[7] ROSSI, Marina. *Secundaristas se organizam com "manual de como travar uma avenida".* El País Brasil (on-line), São Paulo, 30 de novembro de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/politica/1448911113_482695.html>. Último acesso em 19/06/2017.

Existe, nesse cenário, o plano imposto pela instituição constituída – o Estado –, como se somente esse mundo fosse possível, e, de outro lado, existe o plano escolhido pelos "sem parte", que envolve uma multiplicidade de possibilidades.

> No primeiro plano, os movimentos políticos e as individualidades se constituem como recusa, do ser-contra, da divisão. Diante das políticas das instituições constituídas, os movimentos políticos praticam a resistência como recusa (LAZZARATO, 2006, p. 204).

Depois de diversas tentativas frustradas de diálogo com as instituições constituídas, os estudantes tomaram a iniciativa que rompe com o Estado: a ocupação das escolas que devem ser fechadas.

4.2.Consolidação do movimento: processos de subjetivação política

A ideia da ocupação surge nos diversos grupos de conversação entre os estudantes, a partir da tradução, feita pelo coletivo O Mal Educado[8], de um manual de oito páginas, produzido pela "Frente de Estudiantes Libertarios", sobre a luta dos estudantes chilenos.

O manual apresenta um plano de ação para ocupação de colégios, centrado em quatro pilares: coordenação das ações, rompimento com as entidades estudantis constituídas, ocupação e foco em derrotar o governo.

Dois pontos do manual são interessantes, do ponto de vista desta pesquisa: ele deixa claro que "a ocupação é o último recurso, quando todas as tentativas de diálogo foram esgotadas"; e a indicação de rompimento com todas as instituições constituídas, sejam elas estudantis, partidos ou sindicatos, mostrando a independência do movimento. Esses enunciados que organizam o movimento mostram sua potência disruptiva e a formação de um processo de subjetivação política.

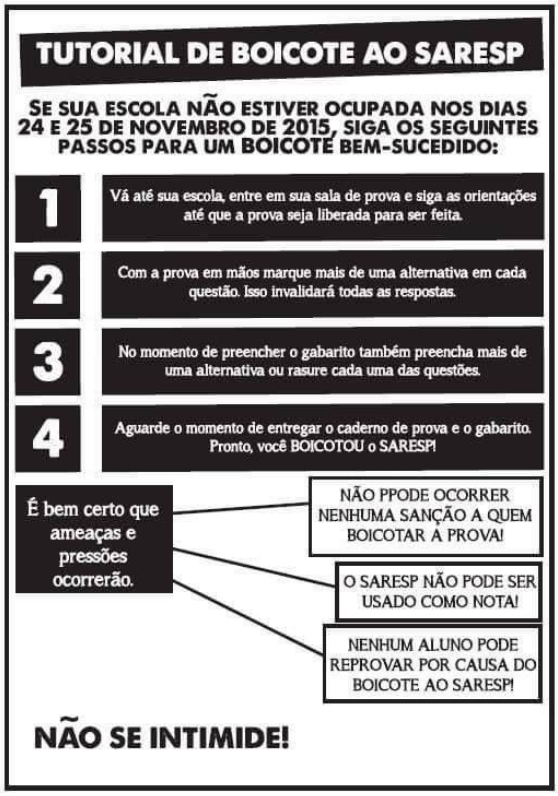
A estudante Rafaela Boani, da Escola Estadual Cefan, de Diadema, a primeira a ser ocupada, reitera os motivos que levaram à ocupação: "A gente colocou 100 mil estudantes na rua e não adiantou nada. Aí, a gente pensou: a gente precisa chamar a atenção deles, né? Vamos radicalizar o movimento" (DEPOIMENTO)[9].

[8] O Mal Educado é um coletivo que, desde 2009, vem organizando os materiais e históricos de movimentos estudantis ao redor do mundo, para servir de inspiração para os movimentos que acontecem no Brasil. Eles não atuam como dirigentes do processo político que envolve as manifestações estudantis, mas sim como catalisadores de experiências, registrando e divulgando o movimento estudantil em diferentes escolas para ajudar e inspirar outros estudantes.

[9] Em entrevista concedida aos repórteres Lígia Roca, Maíra Cabral, Marcus Leoni, Renan Lopes e Ricardo Lerman, da TV Folha, no dia 21 de novembro de 2015. Não está disponível on-line (o vídeo foi retirado do ar dias depois de sua divulgação).

Desde o início, a ocupação surge como horizontal, ou seja, não existe um coordenador do movimento, nem mesmo em cada unidade ocupada. As tarefas são divididas entre todos os presentes, em assembleias gerais, formando as seguintes comissões: comida, segurança, imprensa, informação, limpeza e relações externas.

Antes do primeiro final de semana, já havia 89 escolas ocupadas. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, amenizou o potencial do movimento nesse primeiro momento, dizendo, em um pronunciamento em Salesópolis, que o governo já tinha uma ordem policial para desocupar as escolas, mas não seria necessário, pois ele tinha confiança que os estudantes sairiam antes do final de semana (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 102). Não foi o que aconteceu. Às vésperas do Saresp, prova que o governo estadual realiza para avaliar os desempenhos de escola e alunos, um boicote à avaliação foi fomentado pelos alunos (FIGURA 4). "Para muitos estudantes, o Saresp é visto apenas como um mecanismo do governo para criar a impressão de uma política eficiente, quando na realidade não contribui em nada para a melhoria da educação" (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 177).



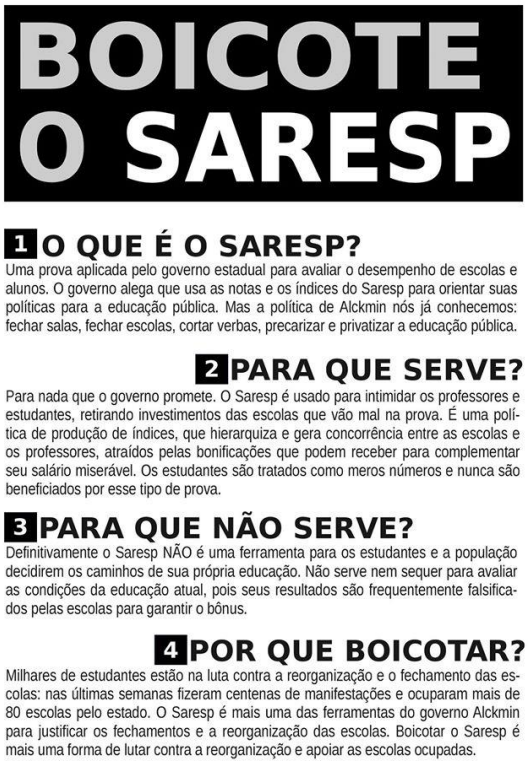


FIGURA 4 – Panfletos de divulgação do boicote ao Saresp.
FONTE: Blog Tia da Creche[10]

[10] Disponível em: <http://tiadacreche.blogspot.com.br/2015/11/total-apoio-boicote-ao-saresp.html>. Último acesso em 19/06/2017.

Muitas notícias falsas foram divulgadas para tentar coibir os estudantes a realizarem o boicote. Mas, nos dois dias de aplicação da prova, mais 60 escolas foram ocupadas, mostrando a eficácia da mobilização.

A resistência permanece e intensifica sua própria forma de fazer comunicação, gravando vídeos dentro da escola, mostrando a organização do movimento e as melhorias que os alunos promoveram no local. A aluna Giovana Pazini, da Escola Estadual Fernão Dias Paes, confirma que "os alunos estão deixando a escola melhor do que quando a gente estuda nela" (DEPOIMENTO)[11].

As palavras de ordem para combater as repercussões negativas do movimento são "não tem arrego!". Nas redes sociais, os estudantes divulgam que não vão desistir e colocam imagens dos estudantes realizando limpeza da escola e outras atividades, com legendas irônicas, como "esse é o vandalismo e o oba-oba que estão dizendo para os pais que acontece na escola"[12]. Enquanto isso, o governo começa um processo de desocupação forçada, por meio da Polícia Militar.

> O poder constituído não pode reconhecer essa nova dinâmica, sob pena de implodir, de promover o esfacelamento de suas instituições; e os movimentos não podem retirar-se do processo de criação de seus mundos e ignorar o mundo da política institucional, sob pena de despotencialização (LAZZARATO, 2006, p. 204).

Nesse processo de ocupação, os secundaristas de várias cidades do Estado mantêm-se unidos e coesos por meio das redes sociais digitais, desconstruindo a ideia a princípio perpetrada de que os jovens são apáticos e apolíticos. Algumas postagens nas redes sociais deixam claro esse processo de desidentificação. Vejamos:

1. *A gente criou assim um afeto bem especial por essa escola, porque agora que a gente está conhecendo ela realmente, porque tinha ambientes que a gente não tinha acesso, materiais que a gente não tinha acesso... a gente não tinha acesso a algumas salas daqui. Então agora que a gente está realmente conhecendo a escola e vendo que a gente pode fazer dela um ambiente... não um ambiente*

[11] Em entrevista concedida aos repórteres Lígia Roca, Maíra Cabral, Marcus Leoni, Renan Lopes e Ricardo Lerman, da TV Folha, no dia 21 de novembro de 2015. Não está disponível on-line (o vídeo foi retirado do ar dias depois de sua divulgação).
[12] Extraído da página *Não Fechem Minha Escola*, do Facebook, principal rede social utilizada pelos estudantes que ocupavam as escolas.

opressor, como era antes, que é entrar na escola, ir pra sala, sair da sala e ir pra casa... não explorava todos os espaços da escola.[13]

2. *A escola deve ser um lugar na qual o aluno frequenta por prazer e não por obrigação.*[14]
3. *Por uma educação que nos ensine a pensar e não a obedecer.*[15]
4. *O foco da nossa luta é contra a reorganização, mas nós secundaristas entendemos que essa pauta é apenas o começo de diversas reivindicações.*[16]

No início de dezembro de 2015, o governador de São Paulo revoga o decreto que formalizava a reorganização escolar, assinado dias antes. Os estudantes comemoraram a decisão, mantendo uma certa cautela. Na página *Não Fechem Minha Escola*, no Facebook, divulgaram a seguinte nota: "Imediatamente, a nossa postura deve ser a de não desocupar as escolas e não desarticular nossa mobilização". A postura dos estudantes de manter a ocupação mostra o processo de transformação do sujeito político e a capacidade de decisão desses sujeitos, ao entenderem que ainda precisavam, primeiramente, aguardar um pronunciamento oficial do governador. Os secundaristas também discutiram, nesse momento, se a decisão do governo não era uma manobra política para desarticular o movimento, decidindo, portanto, manter as ocupações até que um conjunto de ações fossem tomadas pelo governo. Nenhuma escola foi desocupada nesse primeiro momento.

Em assembleia, os secundaristas anunciaram que não desocupariam as escolas até o governador revogar oficialmente a sua proposta de reorganização e de fechamento das escolas; também solicitavam que nenhuma punição ou criminalização fosse aplicada aos pais, alunos, funcionários, professores e apoiadores do movimento e que fosse oficializado um cronograma de audiências públicas para debater de forma clara e verdadeira a necessária reforma do ensino com toda a sociedade[17].

No entanto, casos violentos passaram a ocorrer em algumas escolas, forçando a desocupação. Policiais invadiram escolas armados e alunos foram obrigados a sair sem

[13] Trecho extraído de comentário postado no canal Nova Escola, do YouTube.
[14] Extraído da página *Não Fechem Minha Escola,* do Facebook, principal rede social utilizada pelos estudantes que ocupavam as escolas.
[15] Frase escrita em faixas que foram fixadas em diversas escolas ocupadas.
[16] Extraído da página *Não Fechem Minha Escola,* do Facebook, principal rede social utilizada pelos estudantes que ocupavam as escolas.
[17] Extraído da página Não Fechem Minha Escola, do Facebook, principal rede social utilizada pelos estudantes que ocupavam as escolas.

resistências[18]. Em alguns locais, diretores e professores entraram nas escolas intimidando os alunos com paus e correntes. Houve relatos, não confirmados, de que tanto policiais quanto diretores e professores depredaram as escolas para culpar os alunos.

Com medo de agressões e da truculência policial, os estudantes desocuparam as escolas, deixando a seguinte mensagem nas redes sociais: "A escola foi arbitrariamente desocupada, mas a luta não acabou"[19].

Quando os estudantes ocupam as escolas e resistem às tentativas de destruição do movimento impetradas pelos agentes do poder, eles tomam para si os atos que caracterizam as insurgências e se tornam protagonistas de suas ações. Passam, desse modo, da invisibilidade para a visibilidade.

Foucault (2015), como vimos, vai pensar a concepção da subjetivação entre as relações de vida, resistência e poder. Para ele, a escola, nosso objeto de pesquisa, sempre foi um mecanismo da sociedade de controle. Isso vai ao encontro da fala dos próprios estudantes, que frequentemente reclamavam do regime opressor dentro da escola. Mas quando eles tomaram a escola para si e protagonizaram as ações, tornando-a um espaço organizado pelos próprios sujeitos, vislumbra-se a potência política do acontecimento e sua implicação na definição da subjetividade.

5. Considerações finais: qual é o futuro do movimento dos secundaristas?

Está claro que o acontecimento que fomenta o movimento de insurgência dos secundaristas em São Paulo está nas ocupações das escolas. Esse processo instaura o dissenso, rompe com a instituição constituinte – o Estado – e demonstra uma potência para promover um processo de subjetivação política. Processo esse ligado, como vimos, à autonomia, às técnicas de governo x técnicas de dominação e à desidentificação dos estudantes com rótulos associados à apatia, amoralidade e irresponsabilidade.

No entanto, cabe refletir, depois das desocupações, qual é o futuro do movimento dos secundaristas e o que ele pretende instituir. Durante os meses que se seguiram às desocupações, houve outros levantes importantes, como a ocupação da Alesp pela

[18] G1. Governo de São Paulo fala em "ações de guerra" contra ocupações em escolas. G1 (on-line), São Paulo, 2 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/governo-de-sp-diz-que-prepara-acoes-de-guerra-contra-ocupacoes-em-escolas.html>. Último acesso em 19/06/2017.
[19] Extraído da página Não Fechem Minha Escola, do Facebook, principal rede social utilizada pelos estudantes que ocupavam as escolas.

abertura da CPI da Merenda. Mas nota-se que o movimento não tem mais a mesma visibilidade que teve em 2015.

Há que se pensar que os secundaristas de 2015 podem ser os universitários do futuro. Portanto, os sujeitos que participaram do movimento provavelmente se dispersem naturalmente ao deixar o Ensino Médio, dando lugar a novos sujeitos. Pensando nisso, os coletivos estudantis, como *O Mal Educado*, propõem a estruturação do movimento em grêmios estudantis. Apesar de proporem um modelo de auto-gestão, fugindo de armadilhas do poder constituído, como associação a partidos ou sindicatos, os estudantes podem, de qualquer forma, criar um outro comum, no sentido proposto por Rancière (2012) em que, após a manifestação do dissenso, outro mundo é criado e constituído.

Tal concepção foge da ideia de Deleuze (2013), amparada pelo pensamento de Foucault, de que seria inconcebível a instituição de um único mundo, porque ele trabalha com a perspectiva da multiplicidade, da diferenciação, que faz proliferar mundos possíveis em disputa com a prefiguração de um único e mesmo mundo. É nesse contexto que reinaria o devir, a constituição de instituições (diferentes das instituições do poder constituído), que são móveis, falhas, paradoxais, fraturadas, favorecendo diversos devires.

Assim, é fato que o movimento dos secundaristas guarda uma potência para a subjetivação e favorece o devir revolucionário. A reconfiguração do movimento a partir dos acontecimentos de 2015 e 2016 é que vai mostrar se ele mantém o potencial criador e de resistência ou se vai instituir um "novo" modelo de constituição do poder.

Referências

ALTHEMAN, Francine. Potenciais deliberativos da rede: a conversação política on-line durante as manifestações de 2013. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38, 2015, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,** São Paulo: Intercom, 2015.

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de Luta** (Coleção Baderna). São Paulo: Veneta, 2016.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. **Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2012, pp. 7-14.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos.** Crise e Insurreição. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARQUES, Ângela C. S. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. In: **Revista Galáxia,** São Paulo, nº 22, p. 25-39, dez. 2011.

MARQUES, Ângela C. S. Sujeito. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo (orgs.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS):** trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PPGCom, UFMG, 2014, p. 131-137.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho. Potências e limites para a subjetivação política na relação entre pichação e arte. In: **Anais do XXV Encontro Anual da Compós,** Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PELBART, Peter Pál. **Carta aberta aos secundaristas.** São Paulo: n-1 edições, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível.** Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

TASSIN, Etienne. De la subjetivación política: Althusser, Rancière, Foucault, Arendt, Deleuze. **Revista de Estudios Sociales.** Bogotá, nº 43, 2012, pp. 36-49.